

PRA MELHORAR - RODA DE CONVERSA: “RECONHECENDO A DIVERSIDADE SEXUAL NA ESCOLA”

Autor: Fábio Costa Melo¹

Orientador do Trabalho: Leonardo da Cunha Mesquita²

INTRODUÇÃO

Diante as demandas sobre as questões de gênero e sexualidade observadas na realidade escolar, cujo fato mais preocupante foi o caso de estudantes trans sofrendo transfobia de colegas, discussões sobre gênero e sexualidade foram levantadas na sala de coordenação para que o assunto fosse debatido entre as/es/os profissionais da educação do Centro de Ensino Fundamental 102 Norte de Brasília. Assim, foi identificada a necessidade de uma abordagem mais direcionada às/aos estudantes, com ações voltadas ao combate à LGBTIfobia. A partir dessas inquietações, desenvolvemos uma ação interventiva, configurada de modo a promover o debate e a reflexão sobre hábitos e atitudes positivas, bem como estimular o protagonismo em ações anti-LGBTIfóbicas. Essa ação foi muito bem aceita e avaliada pelas/es/os estudantes; porém, mesmo com as ações desenvolvidas, percebemos que atitudes LGBTIfóbicas por parte de algumas/es/os estudantes continuavam arraigadas e atravessadas pela minimização ou negação da problemática.

Nesse sentido, é importante entender que

(...) heterossexuais garantem seus privilégios opondo-se às pessoas LGBTQIA+, homens opondo-se às mulheres, brancos aos negros. É necessário questionar a lógica binarista para que possamos questionar a legitimidade dada a apenas algumas determinadas identidades no contexto escolar, especialmente, visto que os discursos que circulam na escola tendem a normalizar um padrão heterossexual e

1 Mestrando do Curso de Direitos Humanos e Cidadania da Universidade de Brasília - DF, costamelofabio@gmail.com;

2 Professor orientador: doutorando, Programa de Pós-graduação em Linguística - UnB, leocafe77@gmail.com.

cisgênero, mesmo diante de uma diversidade sexual e identitária materializada nos corpos de seus/suas estudantes³

A ação foi desenvolvida dentro do projeto “Pra Melhorar” do Serviço de Orientação Educacional, o SOE, da unidade escolar pública aqui já citada, visando estimular o interesse e a criatividade, mas também trazer ações práticas para melhorar a vida das/es/os estudantes dentro e fora da escola. Propõe-se, então, um espaço de escuta e acolhimento sobre questões emocionais, visando promover ações de saúde e experiências culturais através dos objetivos da orientação educacional para fomentar o convívio social e o desenvolvimento integral da/e/o estudante⁴. “Pra melhorar” teve como inspiração a música da cantora e compositora Marisa Monte e, assim como sugere a letra, busca ver a beleza da vida apesar das suas dificuldades.

Ao atender estudantes que sofriam LGBTfobia na escola, eu revisitava minha própria história. Caía ali na dualidade de querer ser um agente transformador e, às vezes, ficar paralisado. Realizava os atendimentos na sala do SOE, tentando dar o maior apoio possível utilizando também minha experiência de vida, por ser um homem gay e ter sofrido com a homofobia enquanto estudante na Educação Básica. Contudo, sentia que o acolhimento não bastava; eu precisava fazer mais, queria fazer mais. Era preciso extrapolar os atendimentos e levar a discussão não só para a sala de coordenação, mas também para as salas de aula.

Como apoio, procurei o projeto ‘EAPE vai à Escola’⁵ para auxílio na formação com as/es/os professoras/es na sala de coordenação. Iniciar com uma ação de formação continuada era fundamental para provocar algumas reflexões necessárias nas/es/os docentes, pois é

(...) na formação permanente dos professores, o momento fundamental da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. O próprio discurso teórico, necessário à reflexão crítica, tem de ser de tal modo concreto que quase se confunda com a prática.⁶

3 CAFÉ, 2020, p.41.

4 O(a) Pedagogo(a) - Orientador(a) Educacional integra-se à equipe pedagógica da Unidade Escolar incorporando suas ações ao processo educativo global, na perspectiva da Educação em e para os Direitos Humanos, Cidadania, Diversidade e Sustentabilidade, objetivando a aprendizagem e o desenvolvimento integral do estudante. OP da Orientação Educacional na SEEDF, 2019.

5 EAPE - Sigla para Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação. O projeto “EAPE vai Escola” é uma iniciativa da Diretoria de Organização do Trabalho Pedagógico e Pesquisa (DIOP) e está de acordo com a Portaria nº 55, de 24 de janeiro de 2022. <https://www.eape.se.df.gov.br/eape-vai-a-escola/>

6 FREIRE, 2021, p.40

O tema da formação escolhida foi “Gênero, Diversidade Sexual e Educação”, conduzida pelo professor formador Leonardo Café. O resultado foi uma participação provocadora e esclarecedora sobre a diferença de identidade de gênero e orientação afetivo-sexual, sobre o uso de nome social para estudantes que se identificam como transsexuais, estratégias para utilização de banheiro, além da discussão de conceitos como cisheteronormatividade e interseccionalidade. Após essa formação com as/es/os professores, decidi me aprofundar, fazendo o curso de formação continuada “Reconhecendo a Diversidade Sexual na Escola”⁷, na EAPE, também com o professor Leonardo Café.

O percurso formativo do curso me proporcionou várias reflexões e debates sobre gênero, sexualidade, machismo, LGBTfobia, racismo, sexismo, misoginia e sobre como esses comportamentos se manifestavam nas relações tecidas entre as diversas pessoas da comunidade escolar. Mais do que a reflexão, as aulas - apoiadas nas normativas e legislações - estimulavam a importância de entender os tipos de violências enfrentadas por corpos específicos e propor ações de conscientização e enfrentamento.

Como uma das atividades avaliativas desse curso era propor uma ação pedagógica na escola, surgiu a ideia de promover a ação interventiva “Roda de Conversa Reconhecendo a Diversidade Sexual na Escola”, que se integrava tanto como atividade da formação continuada a qual estava engajado, quanto como projeto macro da Orientação Educacional, mais especificamente na etapa “Conversar Pra Melhorar”.

REFERENCIAL TEÓRICO

A escola pública, em suas diversas realidades e condições, segue no desafio de superação para ofertar um ensino de qualidade. O fato do Brasil ser o país que mais mata pessoas trans e travestis⁸ nos faz refletir sobre o papel importante da escola na formação dos direitos humanos. Não apenas simplesmente do direito à educação, mas uma educação que permita a vivência dos corpos dissidentes.

7 O percurso “Reconhecendo a Diversidade Sexual na Escola” faz parte de um ciclo de formação chamado “Repensando Gênero e Diversidade Sexual na Escola”, cuja carga horária se compõe de 120 horas no total. Dentro do eixo de Diversidades e Inclusão, esse percurso tem como objetivos principais reconhecer a existência de uma diversidade sexual de corpos que vai para além da cisheteronormatividade e proporcionar um debate crítico acerca de questões importantes como a percepção das violências estruturais resultantes da LGBTfobia. Plano de trabalho - 2/2022 - Reconhecendo a Diversidade Sexual na Escola - RDSE.

8 O número de assassinatos no Brasil é três vezes maior que o segundo colocado no mundo, México com média de 50 mortes. <https://antrabrazil.org/>

O caminho para a superação das desigualdades sociais consiste principalmente em considerar as necessidades das pessoas que estão na base da problemática, ou seja, aquelas/es que são menos favorecidas/es/os nas relações socioculturais. Assim, considerar suas necessidades vai além de entender suas demandas básicas; é buscar caminhos nas diversas esferas organizacionais e políticas para a validação das lutas pela emancipação. Nessa perspectiva,

(...) são as ações sociais “de baixo” as que podem nos situar no caminho para a emancipação em relação aos valores e aos processos de divisão do fazer humano hegemônico. O direito não vai surgir, nem funcionar, por si só. As normas jurídicas poderão cumprir uma função mais em concordância com o “que ocorre em nossas realidades” se as colocarmos em funcionamento - a partir de cima, mas sobretudo a partir de baixo -, assumindo desde o princípio uma perspectiva contextual e crítica, quer dizer, emancipadora.⁹

A escola, como uma representação do Estado e com potencial para buscar a transformação social visando superar as desigualdades, precisa cumprir seu papel ao educar para a vida, compreendendo as necessidades a partir da perspectiva da/e/o estudante. A sala de coordenação, nos seus processos pedagógicos, deve-se voltar para o enfrentamento do fracasso escolar e para a promoção de uma cultura de paz. Logo, precisa legitimar as necessidades das/es/os educandas/es/os.

No que se refere ao reconhecimento da diversidade sexual na escola, é necessário promover ações anti-LGBTQIAfóbicas e não mascarar a problemática, apagando as contradições típicas do espaço escolar ao dizer que a escola não aceita o bullying de forma generalizada. As violências precisam ser identificadas, nomeadas e classificadas para que as ações sejam direcionadas de forma contínua e sustentável.

Para ser verdadeiramente democrática, a escola precisa combater de forma ostensiva qualquer tipo de discriminação, e isso não ocorre por meio de um projeto pontual; deve ser permanente. A escola deve ser um espaço no qual se lute pelos direitos humanos, pois, como Freire (2021) defende, “faz parte igualmente do pensamento correto a rejeição mais decidida a qualquer forma de discriminação. A prática preconceituosa de raça, classe e gênero ofende a essência do ser humano e nega radicalmente a democracia.”¹⁰

Ainda nessa discussão, Herrera Flores (2008) destaca que

9 HERRERA FLORES, 2008, P.18.

10 FREIRE, 2021, p.37.

(...) a ideia que inunda todo o discurso tradicional reside na seguinte fórmula: o conteúdo básico dos direitos é o “direito a ter direitos”. Quantos direitos! E os bens que tais direitos devem garantir? E as condições materiais para exigí-los ou colocá-los em prática? E as lutas sociais que devem ser colocadas em prática para poder garantir um acesso mais justo e uma vida digna?¹¹

É a mesma ideia generalista para a educação: que todas as pessoas têm a mesma capacidade, que depende do esforço de cada um, desconsiderando assim as condições para a aprendizagem. Os discursos LGBTIQIAfóbicos se sustentam na ideia de que tais assuntos não podem ser discutidos na escola, que as crianças e adolescentes não estão na faixa etária para falar sobre diversidade afetiva-sexual e de identidade de gênero. Se toda criança e adolescente tem direito à educação, então ela precisa de ferramentas para frequentar a escola. Uma dessas ferramentas é o respeito à sua orientação afetiva-sexual e identidade de gênero.

METODOLOGIA

A primeira etapa do processo foi o desenvolvimento do material (slides) e da seleção de vídeos adequados para a faixa etária das/es/os estudantes pelas/es/os mediadoras/es. Com o material finalizado, foi definido um cronograma de desenvolvimento das rodas de conversa nas turmas.

No dia das rodas, o primeiro passo foi a preparação da sala de aula com os pufes em formato de “U” e a sala com a luz mais baixa para criar um ambiente confortável e acolhedor. A primeira atividade da roda é uma dinâmica para introduzir o assunto. Algumas perguntas pontuais foram utilizadas para fomentar o debate, sem explicar as temáticas da roda de conversa. Assim como no curso, a atividade se configurou de modo a refletir sobre os padrões excludentes da sociedade, para depois refletir nas violências dentro da escola e, por fim, se adentrar no tema “Orientação Afetiva/Sexual e Identidade de gênero”.

Foram utilizadas várias imagens e vídeos pelas/es/os mediadores como apoio na explicação sobre Orientação Afetiva/Sexual e Identidade de gênero de forma que as discussões pudessem ser menos abstratas e mais reais. Nesse sentido, a diversidade de corpos nessas imagens e também a polifonia nos vídeos foram critérios importantes para a percepção de uma maior representatividade que muitas vezes não se materializa nos livros didáticos e demais atividades pedagógicas às quais as/es/os estudantes têm acesso normalmente.

¹¹ HERRERA FLORES, 2008, p.27.

Após a roda as/es/os mediadoras/es divulgaram a intenção de produzir um vídeo com as/es/os estudantes e fizeram uma lista das/es/os voluntárias/es/os interessadas/es/os em participar dessa atividade posteriormente.

No final, as/es/os estudantes receberam post-its coloridos para escreverem mensagens de apoio, de combate à violência ou mesmo de conscientização para a produção de um mural acerca da temática que seria visto por toda a escola, já que foi montado em espaço público no pátio da unidade escolar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No âmbito geral, precisamos dialogar sobre como fazer cumprir o currículo nas esferas dos direitos humanos e da diversidade nas escolas, de como essas ações possam acompanhar todo o ano letivo, permitindo as reflexões sobre o respeito às diferenças. Essa reflexão sobre termos direitos, acessos e condições iguais na sociedade é uma discussão prioritária na Educação Básica.

Uma vez que se forma para a vida e para as relações, a Educação Básica é o local para se entender e discutir coletividade, luta por direitos e validação das diferenças.

Ao nos depararmos com algumas resistências e ações LGBTIfóbicas, até mesmo durante as rodas de conversas, entendemos que a ação por si só não é sustentável, ou seja, precisa de uma continuidade de ações e avaliações durante todo o ano letivo com toda a comunidade escolar. Apesar disso, a ação foi bem avaliada pela maioria dos estudantes, tanto pela temática, quanto pela forma de condução e conseguimos mensurar o efeito positivo a partir das mensagens que eles escreveram para os colegas a partir das provocações.

Nós, profissionais da educação, precisamos ter evidente quem é o nosso público e quais são os objetivos da formação que propomos. Logo, a formação continuada é fundamental, pois faz com que atualizemos - de forma crítica e assentada na realidade escolar os processos e objetivos de ensino-aprendizagem cujo foco é a/e/o estudante em sua totalidade, pensando suas intersecções. Esse processo precisa focar nas necessidades de emancipação das/es/os estudantes. É como questiona Freire, “em favor de que estudo? Em favor de quem? Contra que estudo? Contra quem estudo?”¹²

¹² FREIRE, 2021, p.75

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar em como configurar uma ação pedagógica intencional com as/es/os estudantes de uma forma mais elaborada, a partir da teoria crítica sobre direitos humanos e cidadania, é tentar levar de maneira prática a formação cidadã crítica e analítica para dentro da sala de aula. É pensar num exercício contínuo, gradual de ações refletidas e sugeridas pelas/es/os próprias/es/os estudantes.

Dessa forma, para fugir da pedagogia de eventos e festividades que evoca processos muitas vezes dolorosos de maneira aligeirada, é preciso apoiar-se nas linguagens artísticas, poéticas e nos interesses estéticos e culturais discentes. É preciso também que se esteja em consonância com as normativas e legislações vigentes, as quais nos respaldam e provocam a agir. Propor ações pedagógicas que estimulem a originalidade e a criatividade, em um processo reflexivo de temas tão complexos, é possível. No entanto, essas ações podem e devem ser prazerosas, estimulantes, plenas de interações e emancipatórias, mas sobretudo precisam ser envolventes.

Palavras-chave: Ensino-Aprendizagem, Inclusão, LGBTIfobia, Protagonismo, Orientação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu marido, Samuel Carneiro, por ser não apenas meu companheiro de vida, mas também meu parceiro na jornada da vida e das lutas. Compartilhamos vivências e amor, reforçando que nossa família existe e merece respeito.

Expresso minha profunda gratidão ao meu amigo, professor e orientador, Léo Café, que é uma fonte constante de inspiração e motivação ao longo deste percurso. Sua orientação e apoio têm sido inestimáveis.

À professora Delmair, uma referência em Orientação Educacional e uma incentivadora da formação continuada, minha mais sincera gratidão.

Não posso deixar de agradecer ao PPGDH/UnB pela assistência financeira que tornou possível a realização deste trabalho.

Por fim, agradeço à SEEDF por me conceder o afastamento para estudos, permitindo-me dedicar-me plenamente a esta jornada acadêmica.

REFERÊNCIAS

ANTRA, Associação Nacional de Travestis e Transsexuais. Disponível em: <https://antrabrasil.org/>

CAFÉ, Leonardo da Cunha Mesquita. “A gente só é, e pronto!”: uma análise linguístico-discursiva sobre os impactos da LGBTIFOBIA na escola. - 1.ed. - Curitiba: Appris, 2020.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do DF. Currículo em Movimento da Educação Básica: Pressuposto Teóricos. Brasília, 2014b.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2021.

GRISPUN, Mírian P. S. Z. Orientação Educacional: conflito de paradigmas e alternativas para a escola. 3ª Ed. Ampl. - São Paulo, Ed. Palas Athena, 2006.

HERRERA Flores, Joaquín. La reinención de los derechos humanos. Andaluza: Atrapasueños, 2008. Versão em português: A reinvenção dos direitos humanos. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

HOOKS, Bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. São Paulo Martins Fontes, 2013.

SAVIANI, D. Pedagogia Histórico-Crítica. Autores Associados, Campinas, 2008.

SEEDF. Orientação Pedagógica-OP da Orientação Educacional na SEEDF, 2019.